



CONTRATO DE FORNECIMENTO

Contrato Administrativo nº 237/2018

Processo Administrativo nº 6509/2018

Contratante – Município de Salto

Contratada – MEDICAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E NUTRIÇÃO LTDA EPP

Objeto – Fornecimento de nutrição, suplemento, módulo e fórmula infantil, destinados a atender pacientes cadastrados nos programas de Saúde Acalento, Serviço Social (SS), ambulatório de moléstias infecciosas (AMI) e Melhor em Casa (MEC).

Referente – Pregão Presencial nº 56/2018

Valor Total – R\$ 23.815,68 (Vinte e três mil, oitocentos e quinze reais e sessenta e oito centavos)

Vigência – 12 (doze) meses, a partir a assinatura do contrato.

O **Município de Salto**, Estado de São Paulo, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sediada a Rua Nove de Julho nº 1.053, Vila Nova, na cidade de Salto/SP, CEP: 13.322-900, inscrita no CNPJ nº 46.634.507/0001-06, neste ato representada pelo **Secretário de Saúde, Sr. Flávio Francisco Vitale Filho**, brasileiro, casado, portador do RG nº 9.099.538-7 e CPF nº 013.183.678-16, ora designada simplesmente como *Contratante* e de outro lado a empresa **Medicam Distribuidora de Medicamentos e Nutrição Ltda EPP**, sediada a Buarque de Macedo, 1.163 – Jardim Brasil – CEP 13.073-010, Telefone (19) 3275-0024, na cidade de Campinas/SP, inscrita no CNPJ(MF) nº 29.494.115/0001-61 e Inscrição Estadual nº 795.931.634.119, neste ato representado(a) pelo(a) Sr.(a) **Fabricia de Paula Baggio**, brasileira, casada, Farmacêutica, Empresária, portadora do RG nº 24.659.439 e do CPF nº 181.998.728-02, doravante designada simplesmente *Contratada*, têm entre si justo e acordado o presente contrato, conforme as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

OBJETO

1.1. Constitui o presente contrato o fornecimento de nutrição, suplemento, módulo e fórmula infantil, destinados a atender pacientes cadastrados nos programas de Saúde Acalento, Serviço Social (SS), ambulatório de moléstias infecciosas (AMI) e Melhor em Casa (MEC), conforme descritivo abaixo, a cargo da Secretaria de Saúde.

Item	Descrição	Apres.	Marca	Quant. Mensal	Quant. Anual	Valor Unit.	Total
1	Fórmula infantil com composição específica para condições de refluxo gastroesofágico, que atenda às recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Indicado para lactentes de 0 - 12 meses de vida. Acondicionada em lata hermeticamente fechada, de acordo com NTA83 (Decreto 12.486 de 20/10/78). Apresentação: Lata com no mínimo 400g.	gramas	Nan AR 800g - Nestle	4.800	57.600	RS0,0630	RS3.628,80
2	Fórmula infantil com predominância das proteínas do soro do leite em relação à caseína, que atenda às recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Indicado para lactentes nos 6 primeiros meses de vida, quando necessário recorrer à alimentação com mamadeira. Acondicionada em lata hermeticamente fechada, de acordo com NTA83 (Decreto 12.486 de 20/10/78). Apresentação: Lata com no mínimo 400g.	gramas	Nan Comfor 1 800g - Nestle	14.400	172.800	RS0,0512	RS8.847,36



3	Fórmula infantil com predominância das proteínas da caseína em relação ao soro do leite, que atenda às recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Indicado para lactentes a partir dos 6 meses de vida. Acondicionada em lata hermeticamente fechada, de acordo com NTA83 (decreto 12.486 de 20/10/78). Apresentação: Lata com no mínimo 400g.	gramas	Nan Comfor 2 800g - Nestle	14.400	172.800	RS0,0489	RS8.449,92
15	Nutrição oral, específica para auxiliar no processo de cicatrização de feridas, normo a hipercalórica, hiperproteica, arginina superior a 15% das proteínas totais, contendo ácidos graxos ômega-3. Isenta de glúten. Com sabores variados. Apresentação: Tetra Pak ou frasco de 200ml.	ml.	Impact 200ml. - Nestle	4.000	48000	RS0,0602	RS2.889,60
Valor Total:							RS23.815,68

Parágrafo Único:

A gestão do contrato será realizada pela funcionária Tatiane Cristina Semmler, farmacêutica, portadora do RG n.º 22.574.335-8 e CPF n.º 218.708.838-37, da Secretaria de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PEDIDO E DA ENTREGA DO PRODUTO

2.1. O pedido dos produtos ficará a critério exclusivo da contratante e a quantidade e periodicidade serão de acordo com sua necessidade. Não serão admitidas entregas a faturamento mínimo.

2.2. O prazo de validade dos produtos não dever ser inferior a 12(doze) meses, a contar da data de entrega dos produtos, exceto em 03 (três) situações : 1)aqueles produtos que o prazo de validade já é de 12 meses a partir da fabricação, considerando o tempo para a distribuição; 2) os produtos compostos de Arginina e 3) os produtos importados que dependam da liberação da ANVISA na Alfândega, nestes casos o prazo de validade não deve ser inferior a 6 (seis) meses, a contar da data da entrega dos produtos no Almoxarifado da Farmácia.

2.3. A empresa deverá se responsabilizar e emitir uma carta de troca caso o produto entregue esteja com data de validade menor que o prazo estabelecido e comprometer-se a retirar a quantidade vencida na Secretaria de Saúde mediante carta de troca, dando destinação final apropriada.

2.4. O local das entregas dos produtos será no almoxarifado da farmácia, sito a rua General Glicério, 900, Vila Henrique, Cep: 13.321-270 - Salto/SP, no horário das 07h às 17h, **prazo de até 15(quinze) dias úteis, após o pedido da Secretaria de Saúde.**

2.5. Os produtos devem ser entregues acompanhados da nota fiscal, em 01(uma) via, com especificação da quantidade por unidade, citando os lotes, prazo de validade e fabricante. A contratante rejeitará, no todo ou em parte o produto que estiver em desacordo com o edital e contrato.

2.6. Os quantitativos totais expressos no Anexo I deste contrato são estimativos e representam a previsão da Secretaria requisitante, durante o prazo de 12 (doze) meses.

2



2.7. Caso ocorra fornecimento incompatível com o solicitado pelo Município de Salto, fora dos padrões legais, ou com eventuais danos (ocasionados inclusive, durante o transporte/descarregamento), o mesmo será recusado/devolvido, devendo ser repostado imediatamente, sem ônus ao Município e sob as penas previstas neste contrato.

2.8. A observância da compatibilidade a que se refere à cláusula anterior poderá ser aferida mesmo após a efetiva aceitação, em se tratando de vícios ocultos ou qualquer outro defeito não passível de pronta verificação.

CLÁUSULA TERCEIRA **DA VIGÊNCIA**

3.1. A vigência da contratação será de até 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUARTA **DO REAJUSTE**

4.1. Não serão aceitos pedidos de reajuste ou revisão de preço no período da vigência do contrato.

CLÁUSULA QUINTA **DO PAGAMENTO**

5.1. Após cada entrega, com a conferência dos produtos recebidos no Almojarifado da Farmácia e do atestamento da nota fiscal pela Secretaria Municipal de Saúde, a nota fiscal será encaminhada para pagamento dos valores referentes a aquisição dos insumos e serão pagos no prazo máximo de até 30(trinta) dias, ou conforme padrão da Secretaria de Finanças do Município de Salto.

5.2. Os recursos para pagamento dessa aquisição correrão por conta de recursos municipais, estaduais e federais de acordo com cronograma de desembolso físico-financeiro em anexo.

5.3. A contratante deverá efetuar o pagamento referente aos produtos solicitados e entregues no almojarifado e aceitos desde que fornecidos nas condições estabelecidas em edital.


5.4. A contratante deverá fiscalizar a entrega dos produtos na forma estabelecida no edital e seus anexos.

5.5. Na ocorrência de rejeição da(s) nota(s) fiscal(is) motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item anterior, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

5.6. A Contratada quando do faturamento deverá inserir na Nota Fiscal – Pregão Presencial n.º 56/2018 e contrato Adm. n.º 237/2018.

5.7. Quando da emissão da Nota Fiscal ou Fatura, a contratada deverá destacar as retenções dos impostos e contribuições sociais devidas, sobre a prestação dos serviços, ou fazer menção à base legal, quando isenta ou dispensada.

5.8. Nenhum pagamento antecipado será efetuado à contratada, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.



3



5.9. Os preços contratados abrangem todas as despesas incidentes sobre o objeto da licitação, como: embalagem, transporte, carga e descarga, bem como impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, carregamento e descarregamento, não recaindo ao Município de Salto nenhum ônus suplementar além dos valores propostos, inclusive quanto às despesas indiretas.

CLÁUSULA SEXTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As verbas para pagamento do objeto do presente contrato, está de acordo com as dotações orçamentárias vigentes de n^{os}

	Dotações	Fichas
Secretaria de Saúde	02.08.02.339030.10.301.0005.2.633.01.310000 - RP - Tesouro	168
	02.08.03.339030.10.302.0005.2.632.05.302006 - Recursos Federais	194
	02.08.05.339030.10.305.0005.2.631.05.303002 - Recursos Federais	225
	02.08.05.339030.10.305.0005.2.631.05.303003 - Recursos Federais	226

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

7.1. A contratada que descumprir em quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato ficará sujeita às penalidades previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, bem como aos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.2. De conformidade com o art. 86 da Lei 8666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, à contratada garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 8666/93.

7.3. Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, pela inexecução total ou parcial deste contrato, a contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, pela inexecução total ou parcial do serviço contratado
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

7.4. As penalidades previstas serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

7.5. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

4



7.6. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa, e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

CLÁUSULA OITAVA **DISPOSIÇÕES GERAIS**

8.1. Os produtos entregues deverão estar em concordância com a legislação vigente (NTA 83 e NBCAL).

8.2. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Presencial nº 56/2018.

8.3. A Contratada deverá manter durante o prazo de vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação que foram exigidas em licitação tanto da empresa como dos materiais

8.4. A contratada obriga-se a reparar, corrigir, reconstruir ou substituir às suas expensas e imediatamente, o objeto do contrato, segundo as especificações determinadas, desde que se constatem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução dos materiais.

8.5. A Contratada será responsável por todo e qualquer dano a que der causa, a ela competindo, exclusivamente, indenizar os prejuízos causados à Contratante ou a outrem.

8.6. Constatada qualquer irregularidade na entrega dos produtos, a empresa vencedora da licitação obrigará-se a trocá-los imediatamente, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do Contrato nos termos legais.

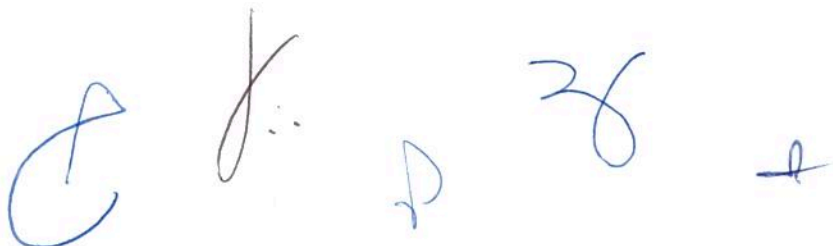
8.7. A empresa vencedora se compromete a fornecer os produtos com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.

8.8. São vedadas as sub-contratações do contrato a terceiros no todo ou em parte, exceto com anuência expressa e por escrito do Município de Salto, e desde que a parte do objeto, e atendidas pelo sub-contratado todas as exigências de idoneidade sob todos os aspectos previstos no edital da Licitação.

8.9. A Contratada neste ato declara concordar com todos os termos do presente contrato, bem como as obrigações do regulamento administrativo previsto pela Contratante, além das penalidades pertinentes às leis específicas à matéria Lei Federal nº 8.666/93 e Lei nº 8.883/94, Lei Orgânica do Município de Salto nº 1.382/90 (Emenda Substitutiva nº 01/2008), que fazem parte integrante do Pregão Presencial nº 56/2018.

8.10. A Contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista nos artigos 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.

8.11. Constituem motivos para rescisão, os casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8666/93.



5




CLÁUSULA NONA

FORO

9.1. Fica eleita a comarca de Salto para dirimir eventuais dúvidas ou conflitos de interesses oriundos do presente contrato, se não sanadas pela via extrajudicial.

Assim, por estarem justas e acordadas, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, de acordo com a legislação vigente.

Salto/SP, 26 de Outubro de 2018.


Flávio Francisco Vitale Filho
Secretário de Saúde

Medicam Distribuidora de Medicamentos e Nutrição Ltda EPP
Contratata

Testemunhas:


1- Zilmara Bassos Candido


2- Priscila Xavier de Oliveira Novais



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SALTO

CONTRATADA: MEDICAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E NUTRIÇÃO LTDA EPP

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 237/2018

OBJETO: FORNECIMENTO DE NUTRIÇÃO, SUPLEMENTO, MÓDULO E FÓRMULA INFANTIL, DESTINADOS A ATENDER PACIENTES CADASTRADOS NOS PROGRAMAS DE SAÚDE ACALENTO, SERVIÇO SOCIAL (SS), AMBULATÓRIO DE MOLÉSTIAS INFECCIOSAS (AMI) E MELHOR EM CASA (MEC).

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. **Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. **Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Estância Turística de Salto/SP, 26 de Outubro de 2018.

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: José Geraldo Garcia

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 032.586.138-26 **RG:** 12.424.665-5

Data de Nascimento: 07/01/1962

Endereço residencial completo: Alameda Lipisano, nº 515 - Haras Paineiras - Salto/SP - CEP 13324-312

E-mail institucional: gabinetcprefeito@salto.sp.gov.br

E-mail pessoal: josegeraldogarciasalto@gmail.com

Telefone(s): (11) 9-9293-7349

Assinatura: _____



Responsáveis que assinaram o ajuste:

PELO CONTRATANTE:

Nome: Flávio Francisco Vitale Filho

Cargo: Secretário Municipal de Saúde

CPF: 013.183.678-16 **RG:** 9.099.538

Data de Nascimento: 22/06/1958

Endereço residencial completo: Rua Berilo, nº 224 - Condomínio Millione - Salto/SP - CEP 13322-145

E-mail institucional: flaviovitale.saude@salto.sp.gov.br

E-mail pessoal: flaviovitale.dr@uol.com.br

Telefone(s): (11) 4029-4011

Assinatura: _____

PELA CONTRATADA:

Nome: Fabricia de Paula Baggio

Cargo: Farmacêutica/Empresária

CPF nº 181.998.728-02 **RG nº** 24.659.439 SSP/SP

Data de Nascimento: 30 / 06 / 1974

Endereço residencial completo: Rua Barreto Leme, 1.939 – Apto 83 – Bairro Cambuí – Campinas – CEP 13.025-085

E-mail institucional: patricia@medicam.com.br

E-mail pessoal: fabriciapb@ig.com.br

Telefone(s): (19) 9-9169-8715 – (19) 2511-1041/1778

Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.